

INCLUSÃO PRODUTIVA E INCLUSÃO SOCIAL: UMA ESTRATÉGIA DO ACESSO AO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO – SC¹

Bruna Mendes de Campos Rodrigues²

Resumo: A formação profissional e a geração de processos que possibilitem a inclusão produtiva sempre foi uma necessidade nas relações em sociedade e para o mundo do trabalho. No Brasil, diante de cenários que reproduzem desigualdades extremas, concentração de riqueza e renda convivendo com processos de exclusão social, pobreza, desemprego, torna-se sempre urgente a organização de políticas públicas que contribuam para a inclusão social e a autonomia das pessoas. Assim, políticas públicas são chamadas a organização de ações que se entrelacem e se complementem. Dentre elas a política de trabalho, qualificação profissional e renda, a educação e a assistência social. Esta inter-relação conduz a oportunidades de formação para o mundo do trabalho, traz dignidade ao ser humano, fortalece a confiança nas potencialidades e afasta dos caminhos da marginalidade, inclui as pessoas em processos produtivos, ao trabalho como fator realizador e de garantia de bem-estar. Este estudo reflete sobre a importância de políticas públicas que fortaleçam a inclusão produtiva, agregando agentes locais e influenciando positivamente na redução das vulnerabilidades pela pobreza e exclusão social. Assim, delimitamos como questão de estudo: Como se organizam os processos de formação para o mundo do trabalho das pessoas para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social no município de Tubarão/SC, no ano de 2016? Pretende-se apresentar algumas contribuições para a temática. O compromisso da gestão pública é aproximar instituições de ensino e de formação para o mundo do trabalho com a população em situação de vulnerabilidade social. O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acesso ao Trabalho no município de Tubarão, pode se constituir em um compromisso social com a cidadania, a inclusão e o desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Inclusão Social. Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho passa por profundas transformações reflexo da revolução tecnológica, da informação e comunicação na contemporaneidade. Os constantes e céleres processos de inovação são acompanhados por novas exigências nas relações produtivas e nas competências essenciais exigidas ao trabalhador. As empresas em geral passam por grandes desafios em seu ciclo de existência. As transformações e relações com o mercado e sua

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso Pós-Graduação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Orientador: Prof. Elivete Cecília De Andrade, Titulação Mestre, PUC/RS.

² Acadêmica do curso Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade do Sul de Santa Catarina.

concorrência, as adaptações as novas tecnologias, a organização e eficiência da gestão e a formação de uma equipe de colaboradores qualificada para todas as funções que compõe o processo de trabalho, são alguns dos desafios.

As Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda tem por objetivo impulsionar os espaços de trabalho, gerar estabilidade e criar estratégias para inserção e reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Inicialmente se limitavam a intermediação de mão de obra entre trabalhadores e empresas e a provisão de qualificação e requalificação profissional. Hoje, a realidade exige políticas e estratégias mais concretas, não só das instâncias governamentais, mas de todo setor produtivo e da sociedade em geral.

Apesar de avanços significativos nas iniciativas governamentais voltadas para a inclusão das pessoas no mundo do trabalho, muitas fragilidades acontecem.

Existe uma dicotomia quando se estabelece a relação entre oferta de vagas e formação profissional. Muitas empresas possuem dificuldade de adequar o perfil proposto para as funções e vagas ofertadas e as potencialidades que se apresentam no momento dos processos seletivos. As funções consideradas necessárias nos ambientes produtivos do campo empresarial que se envolvem nos processos produtivos diretos apresentam exigências de escolarização básica, capacidade para desenvolver processos profissionalizantes específicos, discernimento para manuseio de tecnologias, interação grupal e condutas adequadas ao mundo do trabalho.

A situação se extrema quando se trata daquele público em situação de maior vulnerabilidade social, que se encontra a margem dos direitos sociais básicos.

Ao mesmo tempo que existem as possibilidades e a exigência de um perfil adequado que nem sempre corresponde ao proposto, existe um contingente significativo de pessoas a margem dos espaços produtivos. Em especial, a população de baixa renda que se depara com processos cada vez mais excludentes que distanciam as possibilidades de inserção ao mundo do trabalho, a segurança de uma profissão, a dignidade pelo trabalho e a valorização salarial. Além da precarização das condições de vida, em uma realidade extremamente estratificada, as exigências do mundo do trabalho estão cada vez mais distantes de sua realidade. A qualificação para o trabalho está diretamente vinculada a políticas públicas geradoras de oportunidades e de processos de inclusão ao mundo do trabalho. Muitos jovens e adultos sonham em ter um futuro melhor, sentem as dificuldades do cotidiano para garantir sua subsistência e de sua família, porém sua vida difícil, as limitações

socioeconômicas e culturais, a pouca escolaridade e a ausência de oportunidades os impedem de alcançar seus objetivos, seus sonhos.

São muitos os desafios a serem vencidos por um número significativo de pessoas que vivem à margem da sociedade, abaixo da linha de pobreza ou em situação de pobreza. Estas precisam de políticas públicas eficientes, como aquelas ligadas ao acesso ao trabalho, qualificação e renda, escolarização e assistência social.

Assim, este estudo definiu como tema: A formação para o mundo do trabalho e as possibilidades de inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade social no município de Tubarão/SC, no ano de 2016.

Percebemos é que existe um vácuo entre as necessidades e potencialização do mercado e das demandas de trabalho e os meios propostos para a formação/qualificação profissional apresentados pelos programas sociais.

Neste sentido, delimitamos como problema de pesquisa para este estudo: Como se organizam os processos de formação para o mundo do trabalho das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social no município de Tubarão/SC, no ano de 2016?

Existem iniciativas de inclusão ao mundo do trabalho enquanto Política Pública vinculada ao Ministério do Trabalho, Emprego e Renda, o Ministério da Educação e ao Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, dentre elas o AcessuasTrabalho que pretende ser uma porta de inclusão social através formação profissional.

Pretendemos analisar a realidade de Tubarão, estudando as iniciativas de qualificação profissional voltadas para a população mais vulnerável que é acompanhada pelos Centros de Referência de Assistência Social do Município - CRAS.

Existem várias práticas já realizadas no campo da formação para o trabalho da população em situação de vulnerabilidade pela pobreza e outras situações.

Com esta perspectiva, definimos como objetivo geral do estudo: Analisar os processos de formação para o mundo do trabalho das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social no município de Tubarão. E, como objetivos específicos:- Identificar as iniciativas existentes no município incluídas no Programa Nacional Acessuas, considerando: demandas, cursos realizados e resultados atingidos; - compreender se há relação entre as demandas apresentadas pelas organizações produtivas em âmbito municipal e as iniciativas de formação profissional;

Entendemos que a aproximação entre as demandas das organizações produtivas locais e os processos de formação para o mundo do trabalho possibilitarão sentido e

efetividade para os processos de inclusão social. Iniciativas de Políticas Públicas que reforcem a implantação de projetos de apoio a comunidades vulneráveis. Assim, as empresas estarão mais confiantes na contratação de mão de obra qualificada, buscando melhorias em seus produtos e serviços, tendo um retorno cada vez maior, pois seus colaboradores estarão mais habilitados e também, mais reconhecidos em sua dignidade. O acesso ao mundo do trabalho propicia a esperança de uma condição de vida melhor e de maior realização humana.

Este artigo pretende apresentar alguns elementos de análise da realidade específica de Tubarão, iniciando a discussão e possibilitando a continuidade de estudos sobre a temática.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DELINEADORES DO ESTUDO REALIZADO

O presente estudo é resultado da participação na Pós-Graduação Direcionada em Desenvolvimento Regional, subsidiada integralmente por recursos públicos advindas do FUNDES/UNIEDU. Dentre as linhas de pesquisa propostas, a opção foi pela linha de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Estrutura Social.

Este estudo tem caráter exploratório e objetiva apresentar um recorte da realidade de uma temática ampla e complexa.

Para realização da pesquisa utilizaremos o método dialético onde a partir de contextos sócio-históricos e estruturais presentes na realidade brasileira, passaremos a compreender as contradições e desigualdades sociais que refletem nas condições de vida e nas organizações produtivas. O desafio das políticas e ações é atingir a efetividade de políticas públicas inclusivas que possibilitem alternativas ao acesso ao mundo do trabalho e a renda com dignidade. A realidade trabalhada envolverá as iniciativas já realizadas pela política de assistência social para qualificação dos seus usuários para o mundo do trabalho.

Serão considerados aspectos quantitativos e qualitativos na abordagem do estudo, com priorização aos aspectos qualitativos, considerando a realidade estudada.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. MINAYO 2001, p. 22.

Para melhor clarificar o processo metodológico, serão consideradas as seguintes etapas do estudo:

Etapa I – Estudos conceituais e do programa nacional AcessuasTrabalho

Nesta etapa será aprofundado estudos das categorias conceituais selecionadas para fundamentar as reflexões e sobre o Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas. Esta etapa será construída através de pesquisas bibliográficas e da legislação pertinente ao programa.

Etapa II - Identificação das iniciativas existentes no município incluídas no Programa Nacional Acessuas Trabalho, considerando: demandas, cursos realizados e resultados atingidos.

Nesta etapa será aprofundado estudo sobre o programa implementado no município, para conhecimento da metodologia, escolha dos cursos, processo de formação e resultados. Será realizada uma aproximação da realidade local através de entrevista informal com as profissionais responsáveis e coleta de material produzido.

Assim, com estes procedimentos de coleta de dados e aproximação da realidade a pesquisadora pretende adquirir elementos para análise sobre a efetividade das ações empreendidas e, de forma propositiva analisar as múltiplas possibilidades de ampliação e aperfeiçoamento do trabalho.

A partir da análise dos dados levantados e dos já apontados pela literatura, pretende-se compreender a efetividade das políticas públicas de inclusão das pessoas vulneráveis ao mundo do trabalho e a existência ou não da relação entre as demandas apresentadas pelas organizações produtivas em âmbito municipal e os processos de formação para o mundo do trabalho.

3 VULNERABILIDADES E OS PROCESSOS DE (IN) EXCLUSÃO SOCIAL

A Vulnerabilidade Social é uma questão ampla que pode ser abordada por diversos aspectos da sociedade, como o econômico, ambiental, saúde, educação, etc. e trata da qualidade de vida e falta de acesso a recursos importantes de parte da população em situação de pobreza ou que vive situações sociais as mais diversas.

Monteiro (2011 p.7) conceitua Vulnerabilidade Social como:

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos.

Pessoas em vulnerabilidade social tem dificuldade de seguir em frente e tentar uma vida melhor, pois faltam os recursos necessários para enfrentar as dificuldades e montar uma estratégia de superação. A vida destas pessoas tende a ficar estagnada ou piorar por elas não ter acesso aos bens mais básicos caso não haja influência de algum setor da sociedade para ajudá-los na promoção de sua autonomia.

Vulnerabilidades e riscos remetem às noções de carências e de exclusão. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar cursos de ações/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/coletiva. (JANCZURA, 2012 p. 4)

No Brasil, muitas situações de vulnerabilidade social são decorrentes da questão social histórica: a desigualdade social e os processos de exclusão socioculturais que geram a riqueza e concentração de renda de um lado e a privação de acesso a renda digna, a bens e serviços produzidos. Vivemos os extremos que vão dos privilégios para poucos e da escassez e exclusão para muitos.

As políticas públicas são portas para uma maior equidade e para a redução da desigualdade histórica de nosso país.

Com o estudo foi possível verificar alguns aspectos conceituais para uma melhor análise sobre a categoria inclusão/exclusão social, onde a inclusão aproxima as pessoas faz ela participar ativamente na sociedade fazendo assim que ela prospere, já a exclusão traz a pessoa para o extremo, faz com que ela se sinta cada dia mais inferior diante da sociedade.

A exclusão social pode acontecer de várias maneiras, como aspecto econômico caracterizando a dimensão de classe social que dimensiona a condição de não acesso a riqueza produzida, a renda e a bens de consumo; aspecto social caracterizando a dimensão das desigualdades étnicas, de gênero, profissão, dentre outras; e a dimensão política que caracteriza o poder simbólico que as pessoas ocupam relacionadas a posições, títulos e espaços na sociedade.

Muitas vezes a exclusão é feita de forma involuntária, nem percebemos o mal que estamos fazendo a um ser humano quando deixamos de conversar com esta pessoa só porque ela está mal arrumada, ou não tem estudo, etc.

Para Teixeira, 2005, p. 4, existem três fases na exclusão social que são:

Fragilidade, que corresponde às dificuldades de inserção profissional dos indivíduos que ainda não se rendem à assistência do Estado. Esta fase pode evoluir para a *dependência*. Nesta, a precariedade profissional acarreta uma redução dos recursos e

consequente degradação das condições de vida, levando os indivíduos à procurarem compensações na assistência. [...].

Uma terceira etapa pode decorrer dessa última, na qual ocorre a *ruptura dos laços sociais*. [...] Nesta fase, que pode ser acelerada pela ausência de relações estáveis com a família, a sensação é de inutilidade para a coletividade e as esperanças cessam, levando a situações de escape como o alcoolismo e o uso de drogas.

A exclusão social gera uma ruptura com a rede de vínculos sociais. O ser humano é excluído quando ele se desvincula do meio social ou é desvinculado por algum motivo. A exclusão social refere-se a um processo social de não reconhecimento do outro ou de pura rejeição. Trata-se de dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhe são próprios.

Segundo Bursztyn (2000):

“o mundo contemporâneo nos revela um novo contexto de exclusão social – as vítimas da nova ordem socioeconômica. É a expansão dos “normais que se tornam inúteis”. No contexto da globalização da economia, da desregulação do trabalho, da vida produtiva e da proteção social, impõe-se um novo tipo de fragmentação. Não somente a divisão entre ricos e pobres, entre os que têm e os que não tem riqueza, mas indica principalmente a separação entre os que estão dentro e os que estão fora das possibilidades de acesso e usufruto de bens, serviços e direitos que constituem patrimônio de todos. O não reconhecimento dos direitos humanos, faz com que estas pessoas excluídas não se sintam cidadãs e conseqüentemente não saibam e não consigam reivindicar direitos que lhes são negados.

A inclusão social por sua vez faz com que o indivíduo se sinta acolhido pela sociedade sem discriminações, ele pode se desenvolver e se esforça para sair da vulnerabilidade social, pois a sociedade vai apoiá-lo e dar suporte para que isso ocorra.

A inclusão social é o primeiro passo para o resgate social dos excluídos e compete a assistência social articulado a demais políticas públicas, além da inclusão a manutenção da inclusão social como possibilidade de pertencimento e potencialização dos sujeitos.

Para que haja inclusão social é fundamental fortalecer uma rede de proteção social, “destaca-se a abordagem da solidariedade social com o envolvimento de todos os segmentos da sociedade. Entretanto, todas as ações de inclusão social requerem uma gestão econômica, mais concretamente, uma política social.” (Andreilcy Alvino-Borba, 2011, p. 224)

As pessoas em situação de vulnerabilidade social tem dificuldade de prosperar pois falta a elas o suporte necessário para isso, e cabe ao setor público junto a sociedade intervir para que a realidade seja transformada.

Destaque a contribuição de Borba (2011) sobre os diferentes fatores presentes na vida das pessoas que passam por experiências e condições de exclusão social.

Figura 1 - Síntese dos fatores de exclusão



Fonte: Borba, 2011, p. 225

Nos dias atuais nos deparamos muitas vezes analisando pessoas pela sua aparência, se sabe falar corretamente ou não, se tem um nível escolar bom ou não, e diversas outras situações, e quando as expectativas não se encaixam com a realidade excluimos automaticamente de nosso convívio causando a exclusão social. Quantas pessoas já deixaram de conseguir um emprego por não tem um segundo grau completo ou um curso profissionalizante, isto acontece diariamente.

A exclusão social com o passar do tempo tende a deixar o indivíduo que está nesta situação cada vez mais afastado até das pessoas mais próximas, pois no início são apenas estranhos que o vão deixando de lado por ele não ter o enquadramento perfeito para a vida em sociedade, e com isso ele vai se achando cada vez mais inútil procurando meios de se esconder ou se sentir um pouco melhor fazendo uso de drogas ou álcool e cada vez mais se afastando se seus familiares e amigos, e desta forma não procura uma solução para sair desta situação.

Alguns fatores podem ajudar na inclusão social como como um emprego digno, qualificação, valorização pessoal, acesso aos bens básicos de sobrevivência, etc.

Figura 2 - Síntese dos fatores de inclusão social



Fonte: Borba, 2011 p.225

4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO – ACESSUAS E A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC

O que impulsiona a sociedade é o desenvolvimento econômico e a geração de riqueza. Mas, o modelo de desenvolvimento que um determinado país adota pode gerar maior equidade e distribuição da riqueza produzida ou maior concentração da riqueza, renda e usufruto dos bens e serviços.

Estudos sobre a concepção de desenvolvimento tem avançado para a perspectiva da sustentabilidade. Neste estudo, a ênfase da tríade básica do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental, está centrada na perspectiva do desenvolvimento social.

Uma sociedade que promove o desenvolvimento sustentável é aquela que se propõe a pensar um maior equilíbrio na distribuição da riqueza, é aquela que diante das desigualdades geradas pelas relações produtivas é capaz de propor e priorizar políticas públicas que gerem proteção social e processos de inclusão ao mundo do trabalho protegido, iniciativas empreendedoras e relações cooperadas, educação e formação profissional, acesso a serviços básicos por meio de investimentos públicos.

O investimento público em políticas de geração de trabalho, emprego e renda e a qualificação profissional é fator decisivo para a geração da autonomia e dignidade pelo trabalho.

Um profissional capacitado tende a encontrar um emprego digno muito mais rápido que um sem capacitação, as empresas em sua maioria não querem “perder tempo” de ter que estar capacitando profissionais para ocupar as vagas em aberto, pois em virtude da correria do dia a dia elas precisam de funcionários que já comecem a trabalhar tendo a noção do que fazer para não precisar desperdiçar horas de trabalho de outro funcionário para os ensinamentos, pois a cada hora utilizada em outros fins são prejuízos para a empresa. “Nos dias atuais qualquer segmento de atividade empresarial requer condições de competitividade cada vez mais desafiadoras. Pessoal capacitado é sinônimo de melhores serviços/produtos e, portanto, resultados mais consistentes”. (SEBRAE, 2016).

Esta lógica da produtividade, se não for acompanhada por processos de discussão e formação para o mundo do trabalho se torna contraditória a realidade dos trabalhadores. Em especial, quando tratamos da realidade dos segmentos mais vulneráveis, onde o acesso aos seus direitos mais elementares são frágeis.

Assim, o compromisso com políticas públicas que promovam a inclusão social e a formação para o mundo do trabalho é prioridade, diante de milhões de pessoas que encontram-se a margem pelo desemprego.

4.1 O PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO E O PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho surge de uma iniciativa da Política Nacional de Assistência Social para promover o acesso dos usuários da Assistência Social a oportunidades no mundo do trabalho.

A assistência social é uma Política Pública que tem por finalidade a proteção social das pessoas que vivem situações de vulnerabilidade social. Através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS os programas, projetos e serviços são planejados e operacionalizados visando ampliar mecanismos de inclusão social e potencialização das pessoas, famílias e comunidades nos territórios.

A política pública de assistência social é dividida em níveis de proteção: básica, especial de média complexidade e especial de alta complexidade.

Para esta reflexão, interessa compreender o que constitui a proteção social básica.

A Proteção Social Básica (PSB) visa à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, decorrente de pobreza, privação (ausência de renda e acesso precário ou nulo aos serviços públicos) e/ou fragilização de vínculos afetivos ou sociais (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiência, entre outras). (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004, p 33).

Na proteção social básica uma das estruturas que se destaca como porta de entrada do cidadão são os CRAS – Centros de Referência de Assistência Social. Estes possuem equipes de referência e dinamizam serviços voltados a prevenção, atendimento, acompanhamento e promoção das famílias em situação de vulnerabilidade social.

O acesso do público da Assistência Social é feito por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – unidade pública estatal, responsável pela gestão da Proteção Social Básica no território e pela execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017, p.13)

Dentre uma diversidade de propósitos da assistência social que se materializam através dos serviços realizados nos CRAS, destaca-se o acesso da população ao mundo do trabalho.

A Assistência Social, como garantidora de direitos e promotora do acesso a outras políticas públicas, visa a aproximação dos seus usuários do conjunto de estratégias de inclusão e acesso ao mundo do trabalho, por meio da articulação intersetorial e institucional nos territórios, desenvolvidas pelos CRAS e outras unidades socioassistenciais. (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017, p.10)

As políticas e iniciativas de trabalho, emprego e renda não compõem diretamente as atribuições da política de assistência social. Existe uma interface da assistência com as demais políticas públicas, dentre elas a de inclusão produtiva.

Neste sentido, compete a assistência social:

Identificar e sensibilizar os usuários; Mapear as oportunidades presentes no território; Encaminhar os usuários para as oportunidades mapeadas; Facilitar/apoiar o acesso a oportunidades existentes; Monitorar o percurso dos usuários, de forma a oferecer o suporte da rede socioassistencial para superação das vulnerabilidades e posterior inclusão social e produtiva de indivíduos e famílias; Fomentar a reflexão crítica quanto às implicações e possibilidades de inserção e permanência em oportunidades e ofertas no mundo do trabalho; Articular-se com as demais políticas públicas e atores referentes ao mundo do trabalho. . (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017, p.10)

A política de assistência social, ancorada em um conjunto de legislações reafirma sua interface com os processos de inclusão da população em situação de vulnerabilidade pela condição de pobreza ao mundo do trabalho. Neste sentido, possui responsabilidades na promoção dos indivíduos e no acesso ao trabalho enquanto um direito social fundamental, gerador de autonomia.

A Constituição Federal (CF), em seu art. 203, e a Lei Orgânica de Assistência Social, em seu art. 2º, elencam a “promoção da integração ao mercado de trabalho” como objetivo da política pública de Assistência Social.

A Resolução nº 33/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos. Dentre um conjunto integrado de ações de diversas políticas, cabe à Assistência Social ofertar ações de proteção social que viabilizem a promoção do protagonismo, a participação cidadã, a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para construção de estratégias coletivas (CNAS, 2011).

Em relação a trajetória do programa AcessuasTrabalho constata-se que ele foi se constituindo no processo e se adequando a realidade. O embate sobre as competências e limites da assistência social na relação com as políticas impulsionadoras de trabalho e geração de renda, sempre esteve presente em sua trajetória.

A origem do programa Acessuas Trabalho está marcada como uma estratégia de inclusão produtiva urbana do Plano Brasil Sem Miséria no âmbito da política de assistência social. Responde a um dos objetivos da política de Assistência Social, que é a promoção da integração ao mundo do trabalho.

Foi criado por meio da Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012 do CNAS implementado em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos municípios e do DF. O Programa obteve êxitos como ação da Política de Assistência Social e tornou-se uma realidade nos municípios que receberam o cofinanciamento federal.

O comprometimento dos gestores municipais da Assistência Social, que tiveram participação fundamental no planejamento e execução das ações do Programa Acessuas Trabalho, gerou resultados expressivos na mobilização do público prioritário para o ingresso em cursos de qualificação profissional, sobretudo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, e contribuiu para a criação e aprimoramento de estratégias de monitoramento da trajetória dos usuários e de posterior inclusão ao mundo trabalho (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017, p.19)

Os municípios que aderiram ao programa AcessuasTrabalho possibilitaram a inserção de um número significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social nos cursos ofertados pelo Pronatec.

O programa é acompanhado por órgãos nacionais, dentre eles a CIT Comissão Intergestora Tripartite que constituiu uma Comissão Técnica através da Resolução nº 5/2012. Esta comissão tem a incumbência de discutir, avaliar e encaminhar novas propostas que contribuam para o aperfeiçoamento das ações do Programa. Com o intuito de aproximar as atribuições da Assistência Social em relação ao mundo do Trabalho, pautadas principalmente na Resolução CNAS 33/2011, foram realizadas diversas reuniões de Câmaras Técnicas nos anos 2015 e 2016, com a participação do governo federal e representantes dos colegiados da assistência social, que tiveram como objetivo reformular as ações realizadas.

Como produto desses encontros, foi publicada recentemente a Resolução CIT nº 2, de 6 de julho de 2016, e a Resolução CNAS nº 24, de 15 de dezembro de 2016, que traz nova alteração na meta do Programa. Dessa vez a mudança foi referente ao componente adicional variável I. Anteriormente vinculada exclusivamente à quantidade de matrículas efetivadas no Pronatec-BSM, essa meta passa a considerar para seu alcance a participação de usuários nas seguintes ações: oficinas temáticas sobre o mundo do trabalho; e eventos locais, realizados pelo Município ou em parcerias com outras Políticas Públicas ou organizações, que visem disseminar informações acerca do mundo do trabalho. Este foi o primeiro passo para adequação do Programa à nova realidade (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017, p.20).

O desafio da política de assistência social através do programa de acesso ao mundo do trabalho é qualifica-lo para que se torne efetivo em seus resultados. Há necessidade de pensar novas formas de qualificação e formação profissional diante dos processos cada vez mais extremos e perversos de exclusão e vulnerabilidades sociais.

As ações realizadas pela equipe técnica no programa têm a articulação e mobilização como estratégias fundamentais e transversais a todas as atividades, e são divididas em quatro eixos: 1) identificação e sensibilização de usuários; 2) desenvolvimento de habilidades pessoais e orientação para o mundo do trabalho; 3) acesso a oportunidades; e 4) monitoramento do percurso dos usuários no mundo do trabalho.

A população que vive em condições sub-humanas pelo não acesso a bens e serviços produzidos e que percebe seu cotidiano se tornar insustentável por não ter alternativas de acesso a renda, tem pressa. As iniciativas precisam ser ágeis, inteligentes, inovadoras, criativas, empreendedoras, permanentes e mobilizadoras de todas as organizações que podem contribuir para a transformação dos cenários e para a inclusão social. É

responsabilidade pública dos gestores impulsionar políticas e ações e ampliar a rede de oportunidades articulando parceiros locais.

O público trabalhado pela assistência social apresenta um perfil agravado pelas vulnerabilidades existenciais vinculadas aos aspectos socioeconômicos e culturais e aos riscos e fragilidades do território.

A faixa etária varia entre 14 a 59 anos de idade. Tem prioridade para a participação os usuários de serviços, projetos, programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais, com atenção especial para os seguintes segmentos: Beneficiários do Programa Bolsa Família; Pessoas inscritas no CadÚnico; Pessoas com deficiência; Jovens e adultos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e egressos; Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, egressos e suas famílias; Famílias com presença de situação de Trabalho Infantil; Famílias com pessoas em situação de privação de liberdade; Famílias com crianças em situação de acolhimento provisório; População em situação de rua; Adolescentes e jovens no serviço de acolhimento e egressos; Indivíduos e famílias residentes em territórios de risco, em decorrência do tráfico de drogas; Indivíduos egressos do Sistema Penal; Pessoas retiradas do trabalho escravo; Mulheres vítimas de violência; Jovens negros em territórios de risco; Adolescentes vítimas de exploração sexual; Comunidades e Povos Tradicionais População lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBTT; dentre outros, para atender especificidades territoriais e regionais.

O que podemos perceber é que há uma direção clara da política de assistência social através do programa de inclusão produtiva para pessoas com uma realidade social comprometida pelas condições existenciais e estruturais e que a finalidade é promover, valorizar, reconhecer a dignidade dessas pessoas e oportunizar espaços e possibilidades de inserção ao mundo do trabalho e a superação de quadros de vulnerabilidade.

Para que esta finalidade seja atingida é fundamental a sensibilidade e competência da equipe técnica, bem como o investimento e comprometimento da gestão pública nos três níveis da federação para que o processo aconteça com resolutividade.

4.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUASTRABALHO E A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO

É atribuição dos municípios coordenar o programa no nível local, executar as ações de forma direta ou em parceria com entidades e organizações de assistência social, acompanhar e monitorar o alcance das metas estabelecidas e manter atualizado sistema de acompanhamento informatizado.

Articulado a responsabilidade da gestão pública é atribuição dos Conselhos de Assistência Social, acompanhar, fiscalizar e monitorar a execução do Acesso ao Trabalho em todas as fases de execução, acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho do Programa Acesso ao Trabalho para a população participante.

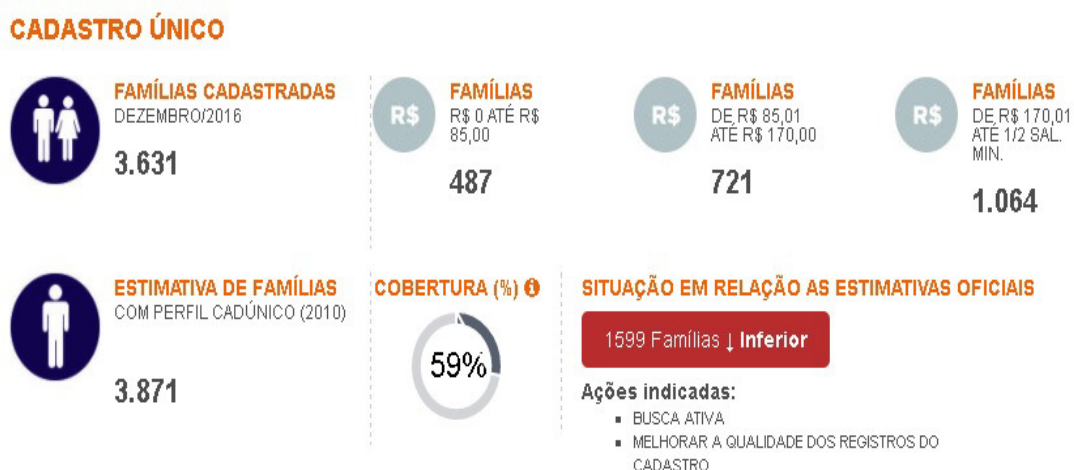
No município de Tubarão as instituições responsáveis pelo gerenciamento dos cursos de capacitação organizados através do PRONATEC foram: Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, Serviço Nacional Indústria – SENAI.

Os cursos dinamizados foram: Mulheres Mil (IFSC); manutenção de computadores, costura industrial, manicure e pedicure, cabeleireiro (SENAI).

O critério de participação e inclusão do público nos cursos era o perfil inscrito no CadÚnico, Cadastro Único dos Programas de Transferência de Renda da Política de Assistência Social.

De acordo com o Cadastro Único para programas sociais em dezembro de 2016 a realidade de Tubarão se caracteriza pelo seguinte cenário:

Figura 3 – Cadastro Único



Fonte: MDSA, Cadastro Único para programas Sociais (Dezembro/2016)

Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (2016)

A Secretaria de Assistência Social de Tubarão, através da equipe técnica responsável pela gestão do programa Acessuas Trabalho que era coordenado por uma assistente social, assumia a responsabilidade de: levantamento de demandas junto ao público beneficiário dos serviços dos CRAS nos territórios; articulação com as entidades parceiras; mobilização das comunidades utilizando de diferentes estratégias, dentre elas a participação dos agentes comunitários de saúde, atividades realizadas nos serviços do CRAS e contatos formais e informais na comunidade; pré-inscrição tendo o CRAS como referência; inscrição e inserção do público no sistema; monitoramento da realização dos cursos de formação; representação na formatura.

Os quadros a seguir demonstram os levantamentos das demandas realizados no município de Tubarão pelo PRONATEC junto ao público do território do CRAS dos bairros Fábio Silva, Morrotes e Passagem.

Quadro 1 - Levantamento de demandas para cursos de qualificação para o trabalho no município de Tubarão pelo PRONATEC, CRAS de Fábio Silva.

Território e total de pessoas	Locais Pesquisados	Nº pessoas Interessadas	Interesse em Cursos de Qualificação
540	Fábio Silva	110	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
		46	AUXILIAR DE RH
		30	COSTUREIRO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO
		27	CABELEIREIRO ASSISTENTE
		25	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES
		24	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
		20	MAQUIADOR
		19	FOTÓGRAFO
		18	AGENTE DE HIGIENE E BELEZA ANIMAL
		15	AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
		15	ELETRICISTA INDUSTRIAL
		14	BALCONISTA DE FARMÁCIA
		13	DEPILADOR
		13	INGLÊS BÁSICO
		11	AUXILIAR FINANCEIRO
		10	MANICURE
		9	CUIDADOR INFANTIL
7	CONTADOR DE HISTÓRIAS		
7	INSTALADOR DE SISTEMAS ELETRONICO DE SEGURANÇA		

	7	LÍNGUA PORTUGUESA
	7	ORGANIZADOR DE EVENTOS
	6	DESENHISTA MECÂNICO
	6	JARDINEIRO
	6	MATEMÁTICA
	6	PORTEIRO E VIGIA
	5	AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
	5	CUIDADOR DE IDOSOS
	5	DESENHISTA DE MÓVEIS
	5	OPERADOR DE COMPUTADOR
	4	COMPRADOR
	4	OUTROS
	4	PEDREIRO
	4	RECEPCIONISTA
	3	ASSISTENTE DE CONTROLE DE QUALIDADE
	3	OPERADOR DE CAIXA
	3	VITRINISTA
	2	ATENDENTE DE LANCHONETE
	2	BARBEIRO
	2	ENCANADOR INDUSTRIAL
	2	PADEIRO
	2	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM
	2	SEGURANÇA DO TRABALHO
	1	AGENTE CULTURAL
	1	CAMAREIRA DE HOTEL
	1	CONFEITARIA/CHOCOLATE
	1	ENGENHARIA ELETRICA
	1	ESTILISTA DESENHO
	1	FRENTISTA
	1	GASTRONOMIA
	1	INFORMATICA BASICA
	1	MODELAGEM E CORTE
	1	MODELAGEM ROUPA FEMININA E PLOTAGEM
	1	MULHERES MIL
	1	RECREADOR

Fonte: Registros da equipe de Gestão da Secretaria de Assistência Social, Tubarão, 2016.

Quadro 2 - Levantamento de demandas para cursos de qualificação para o trabalho no município de Tubarão pelo PRONATEC, CRAS de Morrotes.

Território e total de pessoas	Locais Pesquisados	Nº pessoas Interessadas	Interesse em Cursos de Qualificação
357	Morrotes	61	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
		28	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
		25	COSTUREIRO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO
		22	CABELEIREIRO ASSISTENTE

22	MAQUIADOR
22	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES
18	BALCONISTA DE FARMÁCIA
15	AUXILIAR DE RH
14	MANICURE
9	ELETRICISTA INDUSTRIAL
8	AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
8	AUXILIAR FINANCEIRO
8	FOTÓGRAFO
7	AGENTE HIGIENE E BELEZA ANIMAL
7	CUIDADOR INFANTIL
6	OPERADOR DE COMPUTADOR
5	BARBEIRO
5	CUIDADOR DE IDOSOS
5	DEPILADOR
5	DESENHISTA MECANICO
5	TÉCNICO ACS
4	MULHERES MIL
4	ORGANIZADOR DE EVENTOS
4	RECEPCIONISTA
3	PEDREIRO
3	RECEPCIONISTA DE HOSPEDAGEM
3	outros
2	AGENTE HIG. E BELEZA ANIMAL
2	DESENHISTA DE MÓVEIS
2	ENCANADOR INDUSTRIAL
2	INFORMATICA
2	INGLES BASICO
2	LINGUA PORTUGUESA
2	PORTEIRO E VIGIA
2	VITRINISTA
1	AGENTE CULTURAL
1	AGENTES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
1	ATENDENTE DE LANCHONETE
1	CAMAREIRA DE HOTEL
1	CONTADOR DE HISTORIAS
1	ENFERMAGEM
1	FOTOGRAFO
1	FRENTISTA
1	GARÇON
1	INSTALADOR DE SISTEMAS ELETRONICOS DE SEGURANÇA
1	JARDINEIRO
1	MATEMÁTICA
1	VENDEDOR
1	MEDICINA

	1	TECNICO EM RADIOLOGIA E INSTRUMENTAÇÃO CIRURGICA
--	---	--

Fonte: Registros da equipe de Gestão da Secretaria de Assistência Social, Tubarão, 2016.

Quadro 3 - Levantamento de demandas para cursos de qualificação para o trabalho no município de Tubarão pelo PRONATEC, CRAS da Passagem.

Território e total de pessoas	Locais Pesquisados	Nº pessoas Interessadas	Interesse em Cursos de Qualificação
365	Passagem	89	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
		29	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADOR
		21	AUXILIAR DE RH
		19	CABELEIREIRO ASSISTENTE
		18	MAQUIADOR
		17	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
		16	MANICURE
		14	AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
		12	AGENTE HIGIENE E BELEZA ANIMAL
		12	RECEPCIONISTA
		8	AUXILIAR FINANCEIRO
		8	BALCONISTA DE FARMÁCIA
		8	ELETRICISTA INDUSTRIAL
		7	CUIDADOR DE IDOSOS
		7	CUIDADOR INFATIL
		7	DEPILADOR
		5	DESENHISTA DE MÓVEIS
		5	INGLÊS BÁSICO
		4	ATENDENTE DE LANCHONETE
		4	DESENHISTA MECÂNICO
		4	GARÇON
		4	ORGANIZADOR DE EVENTOS
		3	COMPRADOR
		3	COSTUREIRO
		3	FOTÓGRAFO
		3	LINGUA PORTUGUESA
		3	MATEMÁTICA
		3	PADEIRO
		3	PEDREIRO
		3	PORTEIRO E VIGIA
2	CAMAREIRA DE HOTEL		
2	COSTUREIRO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO		
2	CUIDADOR INFANTIL		

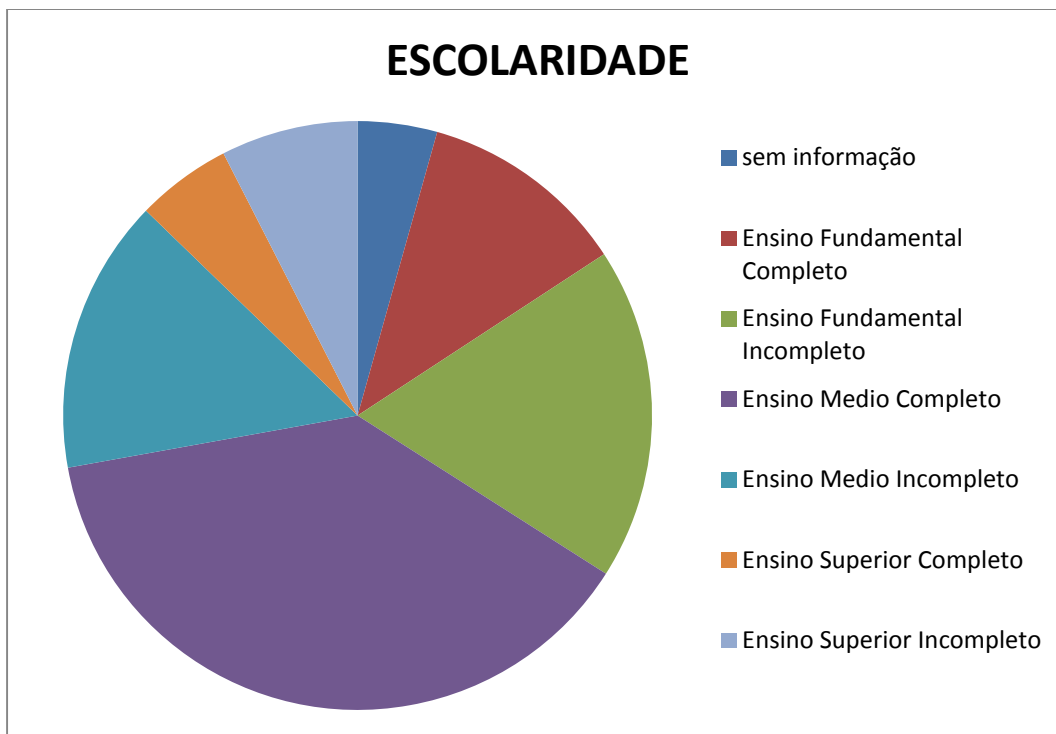
		2	JARDINEIRO
		2	OPERADOR DE COMPUTADOR
		2	VENDEDOR
		1	AGENTE DE HIGIENE E BELEZA ANIMAL
		1	AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
		1	BARBEIRO
		1	CONTADOR DE HISTÓRIAS
		1	ENCANADOR INDUSTRIAL
		1	INFORMATICA BÁSICA
		1	INSTALADOR DE SISTEMAS ELETRÔNICO DE SEGURANÇA
		1	MASSOTERAPIA
		1	OPERADOR DE CAIXA
		1	OUTROS
		1	TÉCNICA EM LOGISTA

Fonte: Registros da equipe de Gestão da Secretaria de Assistência Social, Tubarão, 2016.

De acordo com os dados apresentados pela Secretaria de assistência Social podemos observar que o curso com mais demanda foi o de Auxiliar administrativo e que o mesmo não foi disponibilizado a população interessada. Foi possível analisar também que há uma grande quantidade de tipos de cursos procurados, porém a maioria com pouca demanda assim não sendo possível sua realização.

Através do levantamento realizado junto à população beneficiária dos serviços oferecidos pelos CRAS nos territórios do município de Tubarão é possível identificar o grau de escolaridade do público envolvido, sendo que de um total de 1262 pessoas, podemos observar que: 38% com ensino médio completo; 18% ensino fundamental incompleto; 15% ensino médio incompleto; 11% ensino fundamental completo; 8% ensino superior incompleto; 5% ensino superior completo e 4% não tinham informações.

Gráfico 1 - Escolaridade



Fonte: Registros da equipe de Gestão da Secretaria de Assistência Social, Tubarão, 2016.

O gráfico expressa a presença de diferentes níveis de escolarização, sendo que o que mais se destaca é o ensino médio completo. Este se constitui em uma exigência para inscrição nos cursos de qualificação para o trabalho. Percebemos também que um número significativo de pessoas estão em uma condição excludente dos espaços de formação e inclusão no mundo do trabalho por apresentarem a condição de ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto. Percebemos também que existem pessoas com nível superior completo e incompleto que possuem interesse em participar de cursos de formação técnica que agregue possibilidades de inclusão ao mundo do trabalho.

O quadro abaixo destaca os 20 principais cursos identificados no levantamento realizado pelo PRONATEC junto ao público dos territórios atendidos pelos CRAS no município de Tubarão

Quadro 4 - Levantamento realizado junto as comunidades do território atendido pelos CRAS de Tubarão/SC

Curso	Quantidade
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	280
AUXILIAR DE RH	87
MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADOR	78
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	77
CABELEIREIRO ASSISTENTE	74
MAQUIADOR	64

COSTUREIRO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO	60
BALCONISTA DE FARMACIA	44
MANICURE	41
AGENTE HIGIENE E BELEZA ANIMAL	39
AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	37
FOTOGRAFO	32
ELETRICISTA INDUSTRIAL	31
AUXILIAR FINANCEIRO	28
CUIDADOR INFANTIL	27
DEPILADOR	24
RECEPCIONISTA	23
INGLES BASICO	22
CUIDADOR DE IDOSOS	17
DESENHISTA MECANICO	17

Fonte: Registros da equipe de Gestão da Secretaria de Assistência Social, Tubarão, 2016.

Foi possível verificar na tabela que os cursos de interesse da população abrangem as mais diversas áreas, porém a sua maioria abrange a área administrativa, onde dos 1262 interessados as duas principais opções ficam com 280 em auxiliar administrativo e 87 de auxiliar de RH, ou seja, 29% dos pesquisados.

Abaixo segue tabela de vagas oferecidas pelo SINE em 2016 para que possamos estabelecer relação das ofertas de capacitação com as demandas das organizações empresariais.

Quadro 5 - Levantamento das vagas ofertadas pelo SINE de Tubarão

Representante Comercial	
Vendedor	26
Vendedor Externo	24
Atendente	16
Auxiliar de Cozinha	13
Doméstica	10
Consultor de Vendas	9
Marceneiro	9
Auxiliar Administrativo	8
Babá	8
Caixa	8
Cozinheiro	8
Mecânico	8
Técnico de Enfermagem	8
Operador de Caixa	7
Promotor de Vendas	7
Vendedor de Loja	7
Ajudante de Serviços Gerais	6

Recepcionista	6
Revendedor	6

Fonte: Levantamento da pesquisadora no site do SINE Tubarão, 2016.

Comparando as vagas oferecidas com os cursos de interesse dos entrevistados pode-se verificar uma inconsistência, pois nas vagas oferecidas a maioria fica por conta da área de vendas enquanto a área de interesse da maioria é a administrativa, e a área de vendas aparece na 45ª posição com apenas 4 interessados.

5 CONCLUSÃO

Estar vulnerável socialmente prejudica não só o indivíduo, mas também a sociedade em geral, pois a vulnerabilidade traz consequências e uma delas é a redução de alternativas e fragilização das condições de sobrevivência das pessoas.

Com as iniciativas governamentais pode-se diminuir a quantidade de indivíduos a margem da sociedade, trazendo-os de volta a vida social. Com as iniciativas já implantadas podemos dizer existem bons programas que articulam mundo do trabalho e situação dos grupos sociais mais vulneráveis. Porém, é importante qualificar os processos, a relação entre os atores locais, bons diagnósticos de realidade, respeito as potencialidades, necessidades e proposições dos envolvidos, visão empreendedora do mercado e de novas possibilidades de geração de renda.

Propor políticas de trabalho inclusivas significa compreender as demandas das organizações produtivas, realização de diagnósticos precisos e competência para aproximar as políticas de qualificação e inclusão social para que os cidadãos possam de fato ter oportunidades de formação e inserção ao mundo do trabalho com efetividade.

Mas, a existência de políticas públicas voltadas para processos de inclusão social, não basta, faz-se necessário coerência e eficácia na utilização dos recursos públicos, uma visão de realidade e de planejamento para que os resultados sejam de fato efetivos e contribuam para a transformação social das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Pensar políticas públicas de trabalho e qualificação profissional implica ainda, um olhar para além do mercado formal. Existe um segmento populacional que vive à margem da sociedade, destituídas e esquecidas dos ambientes produtivos, longe das exigências, do perfil do mercado e das relações protegidas do mundo do trabalho. Estas pessoas precisam de

políticas de inclusão social através de um conjunto de políticas públicas que tragam melhorias nos mais diversos aspectos de sua vida, como educação, saúde, moradia, assistência social e alternativas de trabalho e renda. Neste sentido, pensar e organizar políticas públicas de trabalho, qualificação profissional e geração de renda, implica em trabalhar a dimensão do empreendedorismo e organização de iniciativas coletivas com apoio de recursos financeiros e técnico e engajamento de todos os segmentos: gestão pública, organizações produtivas, instituições de ensino, lideranças comunitárias visando o desenvolvimento local integrado e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Zherlander. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia**. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

SEBRAE. **Qualificação beneficia funcionários e empresários**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/qualificacao-beneficia-funcionarios-e-empresarios,757bd9e532d44410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 29 set. 2016.

BURSZTYN, Marcel. *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. Editora Garamond, 2000.

JANCZURA, Rosane. **Risco ou vulnerabilidade social?** 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/12173/8639>>. Acesso em: 19 out. 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Acessuas Trabalho: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS**. 2017. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/fnas/wp-content/uploads/2014/08/Caderno_Orientacoes_ACESSUAS_fev17publicado.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Acessuas Trabalho**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/acessuas-trabalho>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/695/619>>. Acesso em: 19 out. 2016.

SEBRAE. **Tubarão em Números**. 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/quem_somos/santa-catarina-em-numeros,2fedd49dc3246410VgnVCM2000003c74010aRCRD#relat6rios-municipais>. Acesso em: 12 nov. 2016.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTAO DA INFORMAÇÃO. **Principais programas e ações do MDSA**. 2016. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SINE (Brasil). **Vagas de Emprego em Tubarão / SC**. 2017. Disponível em: <<https://www.sine.com.br/vagas-empregos-em-tubarao-sc>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

t. 2016.

TEIXEIRA, Cristina. **Educação e inclusão social?: Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea**. 2005. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1082&Itemid=171>. Acesso em: 28 set. 2016.